

## PREFEITURA DE SALTO GRANDE – ESTADO DE SÃO PAULO

PROCURADORIA JURÍDICA www.pmsaltogrande.sp.gov.br



## TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO PROCESSO Nº. 012/2025 - LEI 13.019/2014.

OBJETO: CONVÊNIO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO GRANDE E O HOSPITAL E MATERNIDADE SÃO SEBASTIÃO -SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SALTO GRANDE, PARA REPASSE DE RECURSOS QUE TEM COMO OBJETO A COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINACEIRA NA FORMA DE ATENDIMENTO A ASSISTÊNCIA A SAÚDE DA POPULAÇÃO COM A FINALIDADE DE INTERESSE PÚBLICO VISANDO A REDUÇÃO DOS CUSTOS AOS ESTUDOS, PROPICIANDO O ACESSO AO ENSINO PARA TODOS.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 31, II, da Lei n.º 13.019/2014.

**ASSOCIAÇÃO ADJUDICADA:** HOSPITAL E MATERNIDADE SÃO SEBASTIÃO – SANTA CASA DE MISERICÓRIDA DE SALTO GRANDE, CNPJ nº. 56.690.662/0001-95.

## JUSTIFICATIVA:

**CONSIDERANDO** as especificidades da Lei n. º 13.019/2014 quanto à inexigibilidade do chamamento público, ato respaldado na mesma lei, em seu artº. 31, inciso II;

CONSIDERANDO o plano de trabalho apresentado, bem como o fato de que o Hospital e Maternidade São Sebastião — Santa Casa de Misericórdia de Salto Grande é a única entidade instalada no Município com estrutura e capacidade técnica para prestar serviços de assistência à saúde à população local, assegurando a continuidade e a eficiência no atendimento médico-hospitalar essencial.

CONSIDERANDO a reciprocidade de interesse das partes, uma vez que a adequada assistência à saúde garante à população o acesso universal e digno aos serviços médicos e hospitalares, ao passo que é interesse do Município assegurar a proteção social, a prevenção de doenças e o tratamento humanizado dos munícipes, fortalecendo a rede pública de saúde e ampliando a qualidade de vida de toda a coletividade, não restam dúvidas de que o caso em comento se



## PREFEITURA DE SALTO GRANDE – ESTADO DE SÃO PAULO

PROCURADORIA JURÍDICA www.pmsaltogrande.sp.gov.br



enquadra perfeitamente na hipótese de Inexigibilidade de Chamamento Público.

Diante do exposto, com referência e base legal para julgar o mérito em questão, DEFIRO o pedido formulado pela requerente e DETERMINO formalização do Termo de Fomento, observados os termos do Plano de Trabalho aprovado.

Salto Grande, 19 de fevereiro de 2025

Mário Luciano rosa Prefeito Municipal